



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo: 006/2022/NAVIRAIPREV

Modalidade: Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho

Servidora: IRINEIA SOUZA DOS SANTOS ROCHA

CEBID
18/02/22
Genane
NAVIRAIPREV

O Processo em análise por esse Controle Interno é referente à solicitação de parecer pelo Pedido de Parecer Controle Interno nº 005/2022 do NAVIRAIPREV, através de seu Diretor Presidente, o Sr. Moisés Bento da Silva Júnior, que encaminha os autos instrutório para a concessão de Aposentadoria requerida pela servidora IRINEIA SOUZA DOS SANTOS ROCHA.

DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno, no uso das suas atribuições legais prevista no Decreto Municipal nº 32, de 05 de maio de 2015 e amparado pelos Artigos 31, 70 e 74 da CF/88, bem como o Artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF) que determinam as competências da Controladoria na administração pública municipal; e, por fim, a Instrução Normativa nº 011/2019 traz em seu inciso V do Artigo 2º a exigência de remessa ao Controle Interno do Município para emissão de parecer prévio a expedição e publicação da portaria concedendo o benefício. Tal precaução visa garantir os Princípios Constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade nas concessões de benefícios previdenciários pela Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Naviraí - MS.

Desse modo, emite-se o seguinte relatório e parecer.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

O procedimento administrativo instalado para a concessão do benefício previdenciário teve amparo na Lei Municipal nº. 2.309/2020 que regulamenta em âmbito municipal as disposições do Regime Próprio de Previdência Social.

Em relação a sequência documental, foi observado se seguiu-se o rol de documentos previsto na Resolução nº. 088/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul e Instrução Normativa Municipal nº 011/2019.

	Documentos Previstos	NÃO	SIM	PAG.
1	Requerimento do interessado		X	002
2	Cadastro de Pessoa Física (CPF)		X	003
3	Certidão de Nascimento ou Casamento		X	004
4	Outros documentos Pessoais	X		
5	Comprovante de residência (opcional)	X		
6	Declaração atual de não acumulação ou de acumulação de proventos de aposentadoria.		X	005
7	Laudo Médico Oficial com CID que especifica a causa da invalidez		X	006 e 007



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

PARECER DO CONTROLE INTERNO

8	Declaração de Insuscetibilidade de Readaptação		X	009
9	Histórico detalhado da vida funcional		X	010
10	Portaria Nomeação ao cargo público		X	024 e 025
11	Termo de Posse		X	026
12	Portaria com a Declaração de Estabilidade		X	027 e 028
13	Certidão de tempo de contribuição		X	011
14	Certidão INSS de tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência ou para outro Regime	X		
15	Portaria Municipal com averbação do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência ou para outro Regime	X		
16	Demonstrativo de pagamento de remuneração do cargo efetivo do mês imediatamente anterior à passagem para a inatividade		X	012
17	Planilha descritiva do Cálculo da Média Aritmética simples das 80% maiores remunerações		X	013 a 017
18	Apostila de Proventos		X	018
19	Legislação sobre a concessão de reposição salarial		X	019 e 020
20	Legislação previdenciária do ente que concedeu o benefício		X	060 a 067
21	Legislação que fundamenta a concessão das gratificações/adicionais		X	021 e 022 030 e 031
22	Legislação que estabelece o teto remuneratório aplicado à carreira do servidor inativado		X	029
23	Declaração do servidor(a) de ciência da regra mais benéfica		X	023
24	Parecer Jurídico		X	069 e 070
25	Outros documentos		X	032 à 059

CONCLUSÃO:

Após o exame dos documentos que instruem os autos processuais para a concessão do benefício, verificamos que o processo contém os documentos exigidos na Instrução Normativa Municipal nº 011/2019 e na Resolução nº. 088/2018/TCE/MS indispensáveis ao prosseguimento das fases posteriores.

Assim, após o exame do processo, entendemos que Salvo melhor Juízo o mesmo está de acordo com a legislação vigente e apto para concessão da aposentadoria ora pleiteada: através da formalização do ato de concessão e devida publicação na imprensa oficial. E, após a conclusão de todas as fases, que os autos sejam remetidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, pós publicação do ato, de acordo com os prazos estabelecidos pela Resolução TCE-MS nº 140, de 04 de fevereiro de 2021.

É o parecer.

Naviraí – MS, 18 de fevereiro de 2022.

JAIR ALVES DOS SANTOS
Controlador Municipal
Portaria 34/2021 - Matrícula: 7040-8



NAVIRAIPREV
PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS
CNPJ: 00.094.350/0001-64



PEDIDO DE PARECER CONTROLE INTERNO Nº 005/2022

Naviraí MS, 16 de fevereiro de 2022.

Ao

Controlador Interno do Município

Prezado senhor,

Conforme Instrução Normativa 011, de 05 de fevereiro de 2019, Artigo 2º, Inciso V, encaminho a Vossa Senhoria o Processo Administrativo nº. 006/2022, Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, com amparo no Artigo 34, I, a, c/c artigo 35 §1º, Lei Municipal nº 2309/2020, do(a) servidor(a) IRINEIA SOUZA DA ROCHA SANTOS, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, matrícula funcional 3311/1, para análise deste Controle Interno antes de sua publicação em diário oficial.

Atenciosamente,

Moisés Bento da Silva Júnior
Diretor-Presidente da NAVIRAIPREV

Marco Aurélio S. Machado
Membro do Controle Interno
Portaria N.º 327/2021

16/02/22